



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

FRANCYNE MONICK FREITAS DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO: O QUE
DIZEM OS DISCENTES E OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO EM
UMA IES PÚBLICA FEDERAL.**

**RECIFE
2018**

FRANCYNE MONICK FREITAS DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO: O QUE
DIZEM OS DISCENTES E OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO EM
UMA IES PÚBLICA FEDERAL.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para obtenção do título de licenciada em Pedagogia, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim.

**RECIFE
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S586e Silva, Francyne Monick Freitas da
Educação inclusiva na formação inicial do pedagogo: o que dizem os discentes e os trabalhos de conclusão de curso em uma IES pública federal / Francyne Monick Freitas da Silva. – 2018.
63 f. : il.

Orientador(a): Maria do Rosário de Fátima Brandão Amorim.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, BR-PE, 2019.

Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

1. Educação inclusiva 2. Professores - Formação 3. Educação – Estudo e ensino 3. Educação especial I. Amorim, Maria do Rosário de Fátima Brandão, orient. II. Título

CDD 370

FRANCYNE MONICK FREITAS DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO: O QUE
DIZEM OS DISCENTES E OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO EM
UMA IES PÚBLICA FEDERAL.**

Data da Defesa: 14 / 01 de 2018

Horário: 09h30min

Local: Sala 9B; Bloco B; Departamento de Educação – UFRPE

Banca Examinadora:

Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim

Prof.^a Orientadora

Fabíola Mônica da Silva Gonçalves

Prof.^a Examinadora Externa

Fabiana Wanderley de Souza Moreira

Prof.^a Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento da concretização de mais um sonho em que Deus me proporcionou viver. E quão linda e emocionante foi!

É verdade que houve momentos em que o sentimento de desânimo e o pensamento de desistir me assolaram, mas Deus com seu grande amor sempre colocou em meu caminho pessoas que por meio delas Ele pudesse manifestar o seu cuidado por mim.

Os meus pais, Nadja e Ivson Silva, que sempre apoiaram os meus sonhos e que nunca mediram esforços para que eu os realizasse.

A minha querida orientadora, Fátima Brandão, que acreditou junto comigo, torceu e construiu esse trabalho com muita dedicação, empenho e carinho.

Aos meus amigos e amigas que fiz durante o curso, em especial a Fernanda Alencar, que não me deixaram vencer pelo cansaço, que me acolheram e foram essenciais nesta jornada.

Aos professores e professoras, da UFRPE, em que ao ministrarem suas aulas com paixão, dedicação e ética fez-me vislumbrar uma educação humana, acessível e acolhedora a todos.

A estas pessoas que nunca me negaram apoio, um olhar acolhedor, uma fala de perseverança durante a minha trajetória acadêmica os meus mais sinceros agradecimentos!

RESUMO

É sabido que cada vez mais o espaço escolar tem recebido pessoas com deficiência e grupos que historicamente foram excluídos na sociedade como os afrodescendentes e o LGBT. Por este motivo a preparação dos educadores dos cursos de licenciaturas, em especial do professor de Pedagogia, vem sendo reiterada para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo estudar a presença da Educação Inclusiva na formação inicial do pedagogo em uma IES pública federal. O referencial teórico apresenta três pontos centrais: A Educação Inclusiva na formação do professor, um currículo universitário e escolar com traçado inclusivo e a trajetória do Curso de Pedagogia e da Educação Inclusiva. Foi realizada uma pesquisa quantitativa a partir do que dizem os discentes; os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC e do Projeto Pedagógico de Curso - PPC. Os dados do trabalho, ora apresentado, envolveram questionários com os discentes e a pesquisa documental e Análise Descritiva dos TCC's e do Projeto Pedagógico de Curso. Como resultados que este estudo obteve apontam que durante três anos foram produzidos apenas 13 TCC's que versam sobre a Educação Inclusiva, o que pode caracterizar interesse ainda discreto por parte dos discentes em produzirem TCC's sobre a referida problemática. Outro fator importante foi o fato do PCC ofertar um número significativo de disciplinas que elucidam sobre a Educação Inclusiva e os discentes corroboraram em suas falas sobre a oferta das mesmas, porém não é um eixo que emerge nas discussões teórico-metodológico e nem nas práticas pedagógicas na formação inicial.

Palavra-Chave: Educação Inclusiva. Formação inicial do Professor. Trajetória Acadêmica.

ABSTRACT

More and more schools has received people with disabilities and groups that have historically been excluded from society like Afrodescendants and LGBT (lesbian, gay, bisexual and transgender). For this reason, the preparation of the educators from degree courses, especially teachers from Pedagogy, has been reiterated to meet the educational needs of all children. This paper aimed to study the presence of Inclusive Education in the initial formation of the pedagogue in a federal public institution (FPI). The theoretical framework has three main points: Inclusive Education in teacher education, a university and school curriculum with an inclusive path and the course of Pedagogy and Inclusive Education. A quantitative research was carried out from what the students say; the undergraduate thesis and the Pedagogical Course Project - PCP. The work data, presented here, involved questionnaires with the students and the documentary research and descriptive analysis of the undergraduate thesis and the PCP. As results this study obtained, they point out that for 3 years only 13 undergraduate thesis have been produced that deal with Inclusive Education, which may characterize a still discreet interest on the part of the students in this subject. Another important factor was the fact that the PCP offered a significant number of courses that elucidate about Inclusive Education and the students corroborated in their experiences, but it is not an axis that emerges in the theoretical-methodological discussions and in the pedagogical practices in the initial formation.

Keyword: Inclusive Education. Teacher Education. Academic History

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig.1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- Fig.2 - Identificação dos participantes.
- Fig.3 - Gênero dos participantes.
- Fig.4 - Primeira ou segunda graduação.
- Fig.5 - Período matriculado dos participantes.
- Fig.6 - Disciplina Específica ou não.
- Fig.7 - Contextualização da Educação Inclusiva.
- Fig.8 - Educação Inclusiva na Formação do Professor.
- Fig.9 - Educação Inclusiva com destaque ou não no currículo.
- Fig.10 - Educação Inclusiva transversaliza nas demais disciplinas.
- Fig.11 - Mais disciplinas sobre a Educação Inclusiva.
- Fig.12 - Ampliação de atividades extra curriculares.
- Fig.13 - Disciplina suficiente ou não para a formação do professor.
- Fig. 14 - Educação Inclusiva e TCC.
- Fig. 15 - Educação Inclusiva e Curso de Licenciatura em Pedagogia.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1: Divisão dos objetivos em relação à técnica e instrumentos utilizados.

Quadro 2: Quantidade de TCC's entregues (2015 a 2017)

Quadro 3: Quantidade de TCC's por ano e que versem sobre Educação Inclusiva.

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

CNE	-	Conselho Nacional de Educação
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases.
LIBRAS	-	Libras Brasileira de Sinais.
PEPE	-	Prática Educacional Pesquisa e Extensão.
PIBID	-	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência.
PPC	-	Projeto Pedagógico do Curso.
IES	-	Instituição de Ensino Superior.
TCC	-	Trabalho de Conclusão de Curso.
UFRPE	-	Universidade Federal Rural de Pernambuco

RESUMO
ABSTRACT
LISTA DE ILUSTRAÇÕES
LISTA DE TABELAS
LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 12
CAPÍTULO I - Educação Inclusiva: do que estamos falando afinal?.....	p. 17
1. Educação Inclusiva e a Formação Inicial do Pedagogo.....	p. 19
2. Educação Inclusiva e Currículo.....	p. 24
3. Projeto Pedagógico de Curso.....	p. 27
CAPÍTULO II – Percurso Metodológico: Educação Inclusiva e a Formação do Pedagogo.....	p. 29
1. Universo Pesquisado.....	p. 31
2. Sujeitos Pesquisados.....	p. 31
3. Procedimento.....	p. 31
CAPÍTULO III – O lugar que a Educação Inclusiva ocupa na Formação Inicial do pedagogo: As análises e a discussão dos resultados obtidos.....	p. 35
1. Trabalhos de Conclusão de Curso.....	p. 35
2. Projeto Pedagógico de Curso.....	p. 37
3. O que dizem os discentes.....	p. 41
CONCLUSÃO	p. 49
REFERÊNCIAS	p. 51
APÊNDICE	p. 55
Apêndice A – TCC´s que versam sobre a Educação inclusiva	p. 55
Apêndice B – Disciplinas obrigatórias e optativas inclusivas	p. 56
Apêndice C - Questionário sobre Educação Inclusiva	p. 57
ANEXOS	p. 61
Anexo A – Núcleo de Estudos Básicos.....	p. 61
Anexo B – Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos.....	p. 62
Anexo C – Núcleo de Estudos Integradores.....	p. 63

INTRODUÇÃO

Pensar nos ambientes educacionais nos dias atuais é considerar uma ampla e plural diversidade de pessoas inseridas nas salas de aulas, pois as escolas cada vez mais vêm inserindo em seu ambiente educacional, os mais diversos segmentos sociais, políticos, religiosos, étnicos, econômicos, etc. Este movimento reafirma as recorrentes e necessárias discussões acerca da temática da Educação Inclusiva, em pleno século XXI.

É sabido que a educação possui o caráter elitista, excludente, de um modelo ideal de discente, no qual segrega as realidades existentes na escola. Porém, a Educação Inclusiva apresenta uma mudança de paradigma neste cenário, abrangendo a todas as pessoas que por alguma razão foram excluídos do contexto educacional.

No caso das pessoas com deficiência, a inclusão passou a exigir da educação básica brasileira uma atenção particular, visto que a educação especial deixou de ser ofertada como uma modalidade separada e passou a estar inserida no ensino regular para atender os requisitos legais contidos na Declaração de Salamanca de 1994 e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, de 1996.

Para além dessa perspectiva inclusiva, após a Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais deram visibilidade, aos afrodescendentes, aos homossexuais, aos LGBT¹, que durante a redemocratização reivindicaram seus espaços e direitos constitucionais. Aqui é salutar lembrar que historicamente, esses segmentos foram excluídos e hoje devem ter seus direitos assegurados, bem como desfrutar de igualdade de oportunidades em educação.

Nesse sentido, o Estado brasileiro tem o dever de possibilitar condições de acesso e permanência, para que todos tenham o direito à educação, nas instituições regulares de ensino, o que inclui investimentos em formação inicial de qualidade que prepare os docentes para a promoção de práticas pedagógicas que reconheça a diversidade presente no ambiente educacional.

A formação inicial dos professores, voltada para a Educação Inclusiva deve ocupar um lugar de destaque, pois é este futuro profissional que promoverá o processo de inclusão, uma vez que cabe a este educador, não somente organizar a sala de aula, mas, guiar e orientar todos aqueles que se encontram em sua sala

¹ Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais – LGBT.

para a promoção do processo de aprendizagem na aquisição dos saberes formais e informais.

Quando esta formação inicial está comprometida com os princípios da Educação Inclusiva, este agente munido de um arcabouço teórico e conhecimentos metodológicos que o auxiliarão no fomento de práticas inclusivas não mais se sentirão inseguros para trabalhar com a diversidade.

Foi na trajetória dessa formação inicial vivenciada até a presente data pela proponente desta pesquisa, que foi possível constatar por meio dos contatos estabelecidos com o chão da escola proporcionados pela disciplina Prática Educacional, Pesquisa e Extensão (PEPE)², presente nos quatro anos do curso, que muitos professores do ensino regular dos anos iniciais trazem historicamente em seus discursos despreparo e insegurança para ensinar pessoas com alguma deficiência. Além disso, os mesmos demonstram que não sabem lidar com as diferenças, e com a diversidade.

Parece então, que algo escapa na formação inicial do professor que não favorece as condições de aprendizagem para todos os educandos, provavelmente pela ausência de uma prática inclusiva significativa, durante a sua formação acadêmica, com sérios riscos de promoverem a perpetuação de uma educação excludente. Por outro lado, faz-se necessário frisar que nem tudo vivenciado pelo PEPE foi negativo, pois, se por um lado, desvelou-se esse panorama difícil, por outro lado foi possível constatar por parte dos educadores posturas, concepções e atitudes diferenciadas na assimilação de novos valores, no qual traduz pequenas mudanças para o futuro.

Assim, uma vez amplificada a visão do mundo pedagógico oportunizado pelo PEPE durante os momentos de observações desta realidade, dos diálogos críticos desenvolvidos em sala de aula, a pesquisadora foi tomada pela curiosidade de entender qual espaço ocupado pela Educação Inclusiva na formação inicial do professor da educação infantil e anos iniciais da educação básica para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

² Disciplina obrigatória presente no Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

Outra trajetória vivenciada pela pesquisadora foi por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)³, experienciado por um ano como bolsista do referido programa. Nessa travessia foi possível obter o contato com os demais estudantes das licenciaturas, descortinando outras realidades escolares. Os encontros eram realizados duas vezes na semana, e eram desenvolvidas as ações metodológicas e até mesmo tecnológicas aplicadas nas escolas públicas credenciadas pelo referido programa.

Essas duas trajetórias possibilitaram uma maior reflexão sobre as dificuldades para o atendimento educacional de todos os educandos e como efeito rebote foi possível descortinar o fato de que a Educação Inclusiva não teve um destaque significativo, quanto às demais disciplinas, da sua formação inicial como princípio teórico-metodológico, representado até mesmo no Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

O PPC é um importante documento formal que orienta os princípios teóricos-metodológicos e desta forma tem a necessidade de oferecer pressupostos de efetivação que garanta uma formação inicial alicerçada na Educação Inclusiva, seja pela inclusão social, seja por meio de recursos de acessibilidade, atendimento educacional de qualidade, oferta de disciplinas que venha transversalizar e dialogar sobre a Educação Inclusiva na sua matriz curricular, que haja e garantam espaços de debates sobre as diferenças e a diversidade, que promovam estudos de práticas pedagógicas inclusivas, e não meramente um currículo que caracterize as especificidades de uma condição específica, “portanto, os programas, os currículos, as atividades e recursos pedagógicos serão sempre os mesmos para todos os alunos.” (MANTOAN, 2003)

Assim, a academia, com seu papel de formar profissionais conscientes, ao apontar nos seus Projetos Pedagógicos de Curso os princípios inclusivos poderão prover, para a sociedade, docentes com conhecimento de práticas pedagógicas inclusivas e preparadas para atenderem às necessidades educativas dos mais diversos grupos sociais, étnicos, econômicos, etc, e de indivíduos com ou sem deficiência. Dessa forma, um educador qualificado e atualizado nas suas práticas pedagógicas, promove à universalização da educação para todos.

³ Ação do Ministério da Educação em relação à Política Nacional de Formação de Professores, sendo um programa coordenado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), consistindo em parcerias entre as Universidades e escolas da rede de educação básica, no formato vigente até Fevereiro de 2017.

Uma vez percorrida essas inquietações que problematizam a trajetória da pesquisadora, este trabalho buscou tratar sobre a formação inicial dos pedagogos, explorando como se dá a presença da Educação Inclusiva ao longo da trajetória acadêmica dos futuros professores. A pergunta que norteia este estudo é: Qual o lugar que ocupa a Educação Inclusiva na formação inicial do pedagogo?

Sabe-se que os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), têm sido utilizados como condição para a integralização das disciplinas cursadas a findo da graduação e que por meio do TCC, as temáticas abordadas podem viabilizar a formação inicial recebida na graduação. Para além do TCC, não se pode esquecer, que essa culminância monográfica tem uma relação intrínseca com o PPC do curso. É importante frisar que as disciplinas cursadas corroboram para a escolha do tema por estarem mais sensíveis e são convidados a mergulharem no aprofundamento teórico no seu Trabalho de Conclusão de Curso. No caso particular a Educação Inclusiva na formação inicial.

Diante das reflexões aqui expostas, esta pesquisa teve como objetivo geral: *Estudar a presença da Educação Inclusiva na formação inicial do pedagogo em uma IES pública federal localizada na cidade do Recife/PE*. Desse modo, buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- I. Verificar as temáticas dos TCC's nos últimos três anos (2015 a 2017) do curso de Pedagogia da IES pública investigada.
- II. Identificar o lugar que ocupa a Educação Inclusiva a partir do projeto político de curso de Pedagogia da IES pública investigada.
- III. Verificar o que dizem os discentes da licenciatura em Pedagogia sobre a Educação Inclusiva na formação inicial dos pedagogos.

Em virtude de tais propostas, a estrutura deste trabalho está organizada da seguinte forma: No primeiro capítulo será abordada a definição da Educação Inclusiva, sua concepção e a diferenciação da integração. Ainda neste capítulo teremos dois sub tópicos, sendo o primeiro: a) Educação Inclusiva e a Formação do Pedagogo que discorre sobre a trajetória da Educação Inclusiva e do Curso de Pedagogia no Brasil e o segundo b) Educação Inclusiva e Currículo alude sobre um currículo alicerçado sobre os princípios inclusivos e c) a Importância do Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

No segundo capítulo o percurso metodológico é apresentado tendo como universo pesquisado os discentes do curso em uma IES pública federal do Recife/PE, os Trabalhos de Conclusão de Curso e o Projeto Pedagógico do Curso.

No terceiro capítulo, por fim, apresenta a análise dos resultados coletados e sua discussão. Neste capítulo discutiremos sobre o que dizem os discentes, as disciplinas ofertadas no PPC e os TCC's.

CAPÍTULO I - Educação Inclusiva: do que estamos falando afinal?

É sabido que muitas escolas brasileiras de ensino regular ainda dialogam com o modelo tradicional de ensino. Este paradigma de educação afasta-se da realidade cotidiana da escola, no qual se alicerça num currículo que isola os conhecimentos e que exclui o saber que não é científico. Dessa forma a proposta da escola tradicional acaba por marginalizar as diferenças e caracterizar o ambiente educacional em um padrão de ensino normativo e excludente.

A proposta educacional da Educação Inclusiva vem na contramão da escola tradicional que vivenciamos, uma vez que, em seu intrínseco traz uma nova ideia de organização e de lugares epistemológicos. Nesse sentido, o modelo educacional inclusivo valoriza as diferenças e reconhece a heterogeneidade dos educandos.

A Educação Inclusiva ainda em sua concepção requer a inclusão de todos os alunos no ensino regular. Neste aspecto, a Declaração de Salamanca (1994) atribui aos governos à obrigatoriedade da matrícula de todas as crianças, porém esta só não deve ser realizada se houver fortes motivos para não efetuar-la.

Dessa forma, ficam asseguradas à inclusão de estudantes no ensino regular sem distinção de raça, condições econômicas, social, cultural e religiosa. Portanto, a Educação Inclusiva não se restringe às pessoas com deficiências, mas sim a todo aquele que por alguma razão vivência a parte o ambiente educacional e o processo de ensino e aprendizagem, como ressalta Carvalho (2014)

[...] a proposta inclusiva diz respeito a todos os alunos que, pelas mais diversas causas, têm sido marginalizados (excluídos) do processo educacional escolar. Também diz respeito aos demais alunos e alunas que participam do processo de aprendizagem de forma mecânica, sem exercitarem sua capacidade crítica e reflexiva. (CARVALHO, 2014, p.99)

Na concepção inclusiva, as escolas devem oferecer condições de acesso e oportunidades educacionais iguais e de qualidade a todos os indivíduos. Estes princípios não é uma exclusividade da Educação Inclusiva, mas também defendidas por documentos, como a Constituição Federal (1988) que estabelece que as escolas brasileiras ofereçam oportunidades iguais de acesso e permanência, e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) que orienta as instituições escolares a rever suas concepções de ensino para que venham a desenvolver os saberes e potencialidades dos discentes.

Diante do exposto, acredita-se que os princípios inclusivos, apontados acima, seja o cerne da inclusão. Sendo aqui salutar mencionar que estas medidas não asseguram de fato a inclusão das pessoas com, ou sem, deficiências nas salas de aulas regulares, visto que, cabe às escolas promover um fazer pedagógico que busque alcançar a todos os educandos.

Muitas instituições educacionais e professores acabam por distorcer o conceito da inclusão ao apenas inserir os discentes em salas de aula, aqui em destaque, com deficiência, e ao desenvolver um trabalho pedagógico a parte, com tarefas, currículos adaptados e avaliações desconectadas dos demais estudantes. Cabe aqui lembrar de que ações como essas comungam com o conceito de Integração, na qual se preocupa com a inserção do estudante com deficiência no ensino regular, melhor explicitado por Mantoan (2003, p. 15 -16)

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender.

A autora (*apud*, 2003) defende ainda que as escolas que se propõem a desenvolver um fazer pedagógico inclusivo visam o desenvolvimento afetivo, cognitivo, motor e social de todos os discentes, trabalhando sem distinção e em coletivo, respeitando o processo de ensino e aprendizagem de cada sujeito e valorizando a diversidade, em outras palavras:

Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais). (MANTOAN, 2003, p.16)

Desse modo, ressalta-se sobre a importância da formação inicial do pedagogo para um fazer pedagógico cada vez mais inclusivo, valorizando também a diversidade.

Frente ao exposto, admite-se que para a construção de um conhecimento que preconiza a oferta de uma educação de qualidade para todos e para que haja a democratização das oportunidades educacionais é importante que na base da

estruturação curricular, a modalidade Educação Inclusiva esteja transversalizada na matriz do curso. Por este motivo, a Educação Inclusiva respinga sobre a formação inicial dos professores, no caso deste estudo, pedagogos, na qual se configura em uma dimensão que precisamos abordar que é tema do tópico a seguir.

1. Educação Inclusiva e a Formação Inicial do Pedagogo

A Educação Especial foi a denominação utilizada pelo Brasil a partir do século XIX e mais precisamente na década de 70, quando o país passou a discutir verdadeiramente ao buscar consolidação de ações governamentais, tais como a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. (ROGALSKI, 2010, p.2).

No percurso histórico brasileiro, as primeiras ações ocorreram no governo imperial, com a criação de dois institutos: o Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje denominado Benjamin Constant; e do Instituto dos Surdos-Mudos (1857), hoje denominado de Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES, ambos localizados na cidade no Rio de Janeiro até os dias atuais com as novas nomenclaturas. Estes institutos foram inspirados no modelo parisiense, sendo que o Brasil optou por um tipo de asilo dos inválidos, enquanto que os franceses optaram por oficinas de trabalhos, provavelmente aqui seja o nascedouro do assistencialismo.

Sobre o assistencialismo, um fato a destacar é que em 1874, foram difundidos tratamentos em hospitais para atender as pessoas com deficiência mental, caracterizando-se em iniciativas isoladas e assistencialistas, se assemelhando a asilos, que de acordo com Bueno (2004) este quadro reflete a falta da necessidade da mão de obra dessa parcela da população no mercado de trabalho, por isso a não existência das oficinas de trabalho.

Nessa mesma direção, em meados dos anos 1889, já no regime republicano, a educação especial obteve uma expansão, que embora lenta, teve sua importância com a criação de pavilhões para atender as pessoas com deficiência mental e de institutos para deficientes visuais, como também o atendimento a essa parcela da população por instituições privadas e filantrópicas-assistencialistas. Desse modo, se

vê que o modelo assistencialista se manteve na forma de conduzir ações para o atendimento das pessoas com deficiência.

Até os anos 50, o Brasil, diferentemente da Europa e dos Estados Unidos, não mencionava a Educação Especial e nem a tratava como uma política educacional, mas, quando ela emerge, na década de 70, surge com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes.

As primeiras classes especiais e a busca para garantir uma formação de professores para atender a este público, com destaque para a deficiência mental, gerou a formação especializada, demarcando práticas pedagógicas entre o normal e o patológico, ou seja, professores especialistas na área educação especial e professores com práticas pedagógicas para as crianças normais.

Historicamente, a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial. (ROGALSKI, 2010, p.3).

Foi a partir da década de 90, quando em Jomtien, na Tailândia houve a Conferência Mundial sobre Educação para Todos - Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, sendo esta aprovada e reconhecida como Declaração Mundial sobre Educação para Todos, e dentre as diversas prioridades ressalta-se o artigo terceiro - Universalizar o Acesso da Educação e Promover a Equidade. A partir de então, a Educação Inclusiva começa a ganhar força, por meio dos seguintes documentos: Primeiramente por meio da Constituição Federativa da República do Brasil de 1988 reconhecida como constituição cidadã, ressaltando os seguintes artigos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de

deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; **IV** - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: **I** - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

Outro documento que fortaleceu o movimento para a Educação Inclusiva foi a Declaração de Salamanca (1994), que trabalhou sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Lei 9394/96, é outro documento que traz a definição da educação especial e garante o atendimento das pessoas com necessidades especiais.

Outro ponto a destacar diz respeito ao que preconiza o Decreto Nº 3.298/1999 que trata sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, ao definir que a educação especial seja transversal em todos os níveis e modalidades de ensino.

No século XXI, ocorreram avanços significativos, por meio dos seguintes documentos: (i) a instituição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) que estipula a matrícula nas redes de ensino de todos os educandos e que tenham condições iguais e qualidade de educação; (ii) o Parecer CNE/CP nº 9 (2001) que refere-se a Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, de modo que estabelece que a formação dos docentes oportunize conhecimentos inclusivos para o atendimento das necessidades educacionais das pessoas com deficiência na educação básica. (iii) Em 2002, a Lei nº 10.436 reconhece a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como meio de comunicação e com a Portaria MEC Nº 2. 678 estabelece sua utilização, ensino e difusão do sistema Braille, por meio de diretrizes e normas nas modalidades de ensino.

Nos anos seguintes até o presente momento, a legislação acerca da Educação Inclusiva vem homologando o oferecimento de oportunidades educacionais em todos os sistemas de ensino para as pessoas com deficiência, além de estabelecer condições de permanência desse público, seja por meio, de melhorias dos espaços físicos dos ambientes escolares, formação dos professores e de um acompanhamento especializado.

Quanto à formação inicial do Pedagogo, a história do curso de Pedagogia inicia-se no século XX, mas precisamente no ano de 1939, sendo criado pela Faculdade Nacional de Filosofia, na Universidade do Brasil. Inicialmente, o curso tinha o formato de “3+1”, com três anos destinando-se para o bacharelado e um ano para a licenciatura, no qual os três primeiros anos ocupavam-se de disciplinas sobre os fundamentos da educação, e buscava preparar os bacharéis para ocupar cargos administrativos, o quarto ano com disciplinas sobre didática tinha a intenção de preparar os licenciados para dar aulas.

O curso de Pedagogia sofreu pouquíssimas alterações ao decorrer dos anos, nem mesmo com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, não houve mudanças significativas e se manteve o formato de 3+1. Já a partir da década de 60, a educação brasileira passou por reformulações, no que tange ao ensino superior, a Reforma Universitária por meio da Lei nº 5.540/68 estabelece a preparação de especialistas para as atividades de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação e com o Parecer nº 252/69 determinou o tempo de duração do curso, quais disciplinas deveriam compor os currículos e que os discentes além de especialistas também seriam licenciados.

Nos anos 80, o curso de Pedagogia foi marcado por uma busca da identidade por meio de debates que continuaram até os anos seguintes. Na década de 90, ocorreram vários eventos e políticas educacionais, como por exemplo, a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos em Jomtien (1990) que reconhece o papel de relevância que os educadores possuem para a efetivação de uma educação que alcance a todos e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que oportuniza uma nova concepção de conhecimento científico e escolar, além de uma mudança do papel assumido pela escola, conseqüentemente, da profissão docente estando ligada, diretamente, a formação de professores.

Diante do exposto, pode-se perceber que inicialmente o curso de Pedagogia estruturou-se na concepção de técnicos em educação, onde era necessária a apropriação dos conteúdos conceituais e de técnicas para transmiti-los, mas a partir dos anos 90 se fez necessário uma reorganização da concepção do curso e do papel do professor, pois:

É agora exigido do professor que lide com um conhecimento em construção – e não mais imutável – e que analise a educação como um compromisso político, carregado de valores éticos e morais, que

considere o desenvolvimento da pessoa e a colaboração entre iguais e que seja capaz de conviver com a mudança e com a incerteza. (LIMA, 2004, p. 18)

Sendo assim, a formação do professor passa a considerar as emoções, representações, o contexto histórico e a prática do futuro docente, pautando-se em uma formação concebida num processo contínuo. Este processo foi reafirmado com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia e Licenciatura, por meio da Resolução n.1, de 15 de maio de 2006, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006.

Essa diretriz, de acordo com Scheibe (2007, p.44) trouxe à tona, mais uma vez, o debate a respeito da identidade do curso e da sua finalidade profissionalizante, agora instituída como licenciatura.

Em linhas gerais, a Diretriz Curricular direciona para uma formação de professores para atuar no magistério da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, no Ensino Médio na modalidade Normal e onde esteja previsto conhecimentos pedagógicos. Baldini (2011) ressalta que nas diretrizes curriculares, além da docência, o pedagogo deve atuar na Gestão e na Organização dos Sistemas de Ensino, mas, são os Projetos Pedagógicos de Curso que vão legitimar a ampliação na definição de formar profissionais nesta perspectiva.

Salgado (2006) salienta que os pedagogos saem dos cursos de Pedagogia munidos de um arcabouço teórico, e são cobrados que em suas práticas pedagógicas alcancem a todos os seus discentes sem distinção. Por este motivo devem ter a preocupação de construir nos seus estudantes, futuros professores, valores inclusivos, para que estes possam fundamentar em suas ações a promoção da participação de todos em sala de aula, além do respeito e a valorização da diversidade.

Construir e cultivar culturas de inclusão no seio das experiências dos professores enquanto pessoas e educadores requer o respeito e a compreensão da diversidade e de si mesmo como sendo parte desta diversidade; com o objetivo de garantir o aumento da participação e da aprendizagem de todos é necessário aumentar a própria aprendizagem profissional e também a participação ativa como sujeito da inclusão. (SALGADO, 2006, p. 61/62)

A ação de construir e cultivar ações de inclusão na formação docente como Salgado afirma podem ser contempladas por disciplinas que versem sobre a inclusão e sua transversalização nas demais disciplinas, discussões e estudos sobre a temática, sendo assim, a inegável relevância de se discutir nos cursos de Pedagogia sobre a temática da Educação Inclusiva e suas contribuições para a fundamentação de uma prática pedagógica inclusiva do professor, pois:

De acordo com a formação, seja ela experienciada enquanto aluno, futuro professor e/ou professor, com os valores e as crenças construídas ao longo deste processo de formação é que o professor estabelece sua orientação, seja ela inclusiva ou não, e define sua forma de agir, pensar e atuar no magistério. Também é durante este processo de formação permanente que o professor constrói sua identidade pessoal e profissional. (SALGADO, 2006, p. 65).

Nesse contexto, compreende-se que a formação inicial do docente que se baseia na Educação Inclusiva acaba por ressignificar o papel que o professor acabará empenhando e conseqüentemente da escola que o mesmo trabalhará, que de acordo com Mantoan (2003)

Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação, e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor, nessa direção requer um *design* diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional. (MANTOAN, 2003, p. 43)

Como pode-se observar acima que a formação do pedagogo e a Educação Inclusiva necessita abordar sobre o currículo, na qual é um agente importante para sistematização das práticas pedagógicas, portanto aliado do professor como veremos no tópico em seguida.

2. Educação Inclusiva e Currículo

O currículo vai além da definição de disciplinas, objetivos e métodos de avaliação, nele pode-se identificar concepções teóricas, sociais e políticas, por isto, a elaboração de um currículo permeia os interesses sociais. Nesse sentido, o currículo deve ser visto como modificável, uma vez que, deve levar em consideração

que, ao decorrer do tempo, as necessidades da área de atuação vão se modificando e com elas a realidade local.

Os cursos superiores que na elaboração de seus currículos acabam por desconsiderar as necessidades da região, na qual visa ser implementado, poderá proporcionar para a sociedade profissionais desqualificados para a sua área de atuação, ou seja, os estudantes destas instituições “acaba por receber conhecimentos desconectados entre as disciplinas e com o mercado de trabalho, não conseguindo estabelecer conexões entre o conteúdo recebido no ensino superior e o que o mercado de trabalho exige dele.” (CUCHIARO; CARIZIO, S/D p. 2).

Para ir à contramão dos currículos mencionados acima, os cursos superiores devem promover a participação de todo o seu corpo docente na construção do currículo, visando assim, acolher a pluralidade, atender as necessidades existentes do mercado de trabalho, além de oportunizar profissionais conscientes dos seus direitos e deveres, no qual são responsáveis pela busca das mudanças que almejam na sua área de atuação.

No caso deste estudo, o currículo do curso de Pedagogia deve promover pedagogos aptos para o atendimento da pluralidade existente na sala de aula e as necessidades educacionais de todos os educandos. Para isso, faz-se necessário entendermos que o currículo escolar tem o seu papel fundamental ao direcionar as práticas pedagógicas que serão desenvolvidas na escola e pelos professores, sendo melhor, explicitado pela definição abaixo:

o currículo é um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre a teoria educacional e a prática pedagógica, entre o planejamento e a ação, entre o prescrito e o que realmente sucede nas salas de aula (...) currículo é o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ações adequadas e úteis para os professores que são diretamente responsáveis por sua execução. Para isso o currículo proporciona informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar e como e quando avaliar. (COOL, 1996, apud, CARVALHO, 2014, p. 101)

Tendo como função orientar as ações pedagógicas da escola e dos docentes, faz-se necessário observar qual a concepção que estrutura o currículo, pois é por meio dele que precisamente toma-se conhecimento das dimensões que fundamentam estas práticas pedagógicas que “caracterizam-se por serem

intencionais, sistemáticas e planejadas pelos educadores” (SALGADO, 2014, p. 101), no caso deste estudo, o interesse é de apontar algumas diretrizes de um currículo que se baseie na epistemologia da inclusão.

Muito se discutem que um ensino de qualidade deve desenvolver nos estudantes o pensar criticamente, a criatividade e a autonomia, mas um currículo inclusivo deve ir além, segundo Carvalho (2014)

[...] pode ser considerado de orientação inclusiva desenvolvendo, nos educadores e alunos, a criatividade, a capacidade de pensar, de fazer, de cooperar, de se sensibilizar e de comprometer. Um projeto curricular com tais características, que podemos considerar como inclusivas na aprendizagem e na participação, desenvolverá nos educandos habilidades e competências cognitivas, relacionais, afetivas e políticas, reconhecendo as características diferenciadas de seus corpos e organismos. Contém, em si mesmo, a aposta de que todos podem aprender, ainda que com ritmos e estilos de aprendizagem diferentes e que exercitam cidadania nas escolas. (CARVALHO, 2014, p. 102)

Pode-se citar outras características que podem integrar um currículo inclusivo como, o reconhecimento das diferenças e o entendimento que as mesmas não são fixas, o respeito e a valorização da diversidade, que de acordo com Pacheco (2007):

Os currículos de escolas inclusivas são caracterizados por sua habilidade de incorporar conteúdos que promovem o desenvolvimento de habilidades sociais, além do conteúdo acadêmico. Parece que a dinâmica de uma escola inclusiva requer a constante promoção dessas habilidades. (PACHECO, 2007, p. 37)

Outro fator existente que novamente convém mencionar, neste trabalho, é sobre adaptações de currículo ou currículo a parte para discentes com necessidades especiais, prática que não partilha com a concepção da Educação Inclusiva, ação está ainda muito recorrente em algumas escolas como apresenta Romualdo; Bezerra; Carlos em sua obra “Formação de Professores para Educação Inclusiva: Interface entre a legislação e a prática”:

Muitas instituições escolares têm o planejamento de currículo individual para cada aluno com Necessidades Educacionais Especiais. O currículo individual é um planejamento feito para cada criança com NEE, contendo o que elas devem estudar e como estudar. Com isso, são levantadas algumas críticas, pois essa maneira de currículo se restringe somente à relação professor/aluno, quando o que mais deveria interessar a essas escolas, além da relação professor/aluno, é a interação social dos mesmos. (ROMUALDO; BEZERRA; CARLOS, 2018)

Sendo esta uma realidade, nós, como futuros educadores, precisamos estar atentos para desenvolver um currículo que atenda as necessidades de aprendizagem dos discentes e não os caracterize pela sua deficiência, como aponta Carvalho (2014):

Em reconhecimento às características e necessidades dos aprendizes e movidos pela crença na possibilidade de desenvolver suas potencialidades é que devemos adequar a proposta curricular adotada para que nenhum aluno seja excluído do direito de aprender e de participar. Trata-se de mais uma seja excluído do direito de aprender e de participar. Trata-se de mais uma estratégia para favorecer a inclusão educacional escolar de quaisquer alunos. (CARVALHO, 2014, p. 103)

Desse modo, o curso de Pedagogia deve oportunizar em seu currículo uma formação que contemple a Educação Inclusiva, sua concepção, metodologias e culturas inclusivas podendo ser contempladas pelas seguintes possibilidades apontadas por Lima (2010, p.77)

[...] adotar tópicos nas disciplinas ou prever disciplinas específicas sobre inclusão e educação inclusiva no currículo; identificar outros aspectos de formação que devam ser estimulados; ou ainda, orientar ações no campo da psicologia e da pedagogia que, uma vez desenvolvidas, possam auxiliar alunos e docentes.

Conclui-se que o currículo define os conhecimentos científicos, os valores que as instituições de ensino consideram importante para os educandos aprenderem e que acaba por influenciar as ações pedagógicas dos professores.

3. O Projeto Pedagógico de Curso

O curso de Pedagogia no Brasil passou por várias reformulações por meio de pareceres, resoluções e leis, tendo por diversos momentos sendo discutidos a identidade e objetivo de curso. Na atualidade, o curso de Pedagogia se destinava a formação de docentes para as modalidades de ensino da Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

O currículo do curso, por sua vez, também acompanhava essas mudanças. No ano de 1999, a Comissão de Especialistas encaminhou para o Conselho Nacional de Educação - CNE uma proposta de organização curricular, no qual visava uma maior flexibilidade do mesmo, assim o curso teria sua particularidade,

porém não se distanciaria das características gerais, e na divisão dos componentes curriculares em núcleos. Cada núcleo era responsável por uma especificidade da formação, sendo o Núcleo de Conteúdos Básicos responsável por disciplinas como fundamentos históricos, sociocultural e filosóficos, a didática, pesquisa e articulação da teoria e prática. O Núcleo de Estudos de Aprofundamento e/ou Diversificação da Formação destinava-se ao aprofundamento da educação básica, disciplinas que visem para o atendimento das diferentes demandas sociais e conteúdos priorizados pela instituição. Já o Núcleo de Estudos Independentes referiam-se para as monitorias, estágios e programas de iniciação científica.

Em relação à carga horária sugerida era de 3.200 horas, sendo 2.560 para atividades direcionadas a didáticas, laboratórios e práticas pedagógicas, com 640 horas divididas entre os estudos independentes e o trabalho de conclusão de curso. Esta proposta de Diretrizes para o curso de Pedagogia não foi aceita pelo CNE.

Quase sete anos depois, mais precisamente em março de 2005, fora divulgado uma minuta de Resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais direcionadas ao Curso de Pedagogia, porém sendo alvo de críticas e rejeição. Este documento definia o curso em uma licenciatura com duas habilitações distintas e desintegradas, uma para o magistério na educação infantil e outra para o ensino fundamental, este último destinado aos anos iniciais, sendo estas diretrizes formuladas idênticas ao do Curso Normal Superior.

Por causa das críticas, ainda em 2005, o Conselho Nacional de Educação produziu o Parecer CNE/CP 5/2005 referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Esse parecer extingue as habilitações distintas e contempla a formação do pedagogo de maneira a considerar a docência, gestão, avaliação de instituições de ensino, como também a elaboração, execução e o acompanhamento de atividades educativas. (BRASIL, 2005). Estas ações contemplam uma variedade de funções que não são ofertadas pelo Curso Normal Superior, sendo assim, o curso de Pedagogia por meio deste parecer se distanciaria da dicotomia entre a licenciatura e bacharelado, no qual retomaria as divisões dos componentes curriculares por núcleos e a carga horária de 3.200 horas como sugerido nas Diretrizes Curriculares Nacionais em 1999.

CAPÍTULO II - Percurso Metodológico: Educação Inclusiva e a Formação do Pedagogo

A presente pesquisa configura-se em uma investigação de abordagem quantitativa, realizada a partir da pesquisa documental, questionário e análise descritiva. O campo da pesquisa quantitativa é mensurável, podendo ser expressos em números, ou seja, em dados estatísticos. Esse método foi escolhido por permitir que sejam medidas as opiniões, características, atitudes de um determinado grupo, sendo estes elementos da pesquisa quantitativa necessárias para esta investigação.

Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (FONSECA, 2002, p. 20)

A pesquisa documental foi à técnica selecionada, uma vez que, configura-se em um instrumento de informações que proporcionou um contato com os aspectos teóricos do objeto estudado, que de acordo com Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Os instrumentos utilizados, com a intenção de ajudar no levantamento de informações válidas e úteis foram o questionário e análise descritiva. Segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 219/220) o questionário possui vantagens e desvantagens, mas aqui destacaremos algumas das vantagens no qual esse trabalho se objetivou atingir:

[...] b) Atinge o maior número de pessoas simultaneamente. [...] e) Obtém respostas mais rápidas e mais precisas. f) Há maior liberdade nas respostas em razão do anonimato. [...] h) Há menos risco de distorção, pela não influencia do pesquisador. i) Há mais tempo para

responder e em hora mais favorável. j) Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento.

Outro instrumento utilizado foi à análise descritiva dos dados, que possibilita a interpretação dos dados seja selecionados as informações importantes de maneira organizada, resumida e descrevendo-os se necessário. Segundo Reis e Reis (2002, p. 5):

As ferramentas descritivas são os muitos tipos de gráficos e tabelas e também medidas de síntese como porcentagens, índices e médias. Ao se condensar os dados, perde-se informação, pois não se têm as observações originais. Entretanto, esta perda de informação é pequena se comparada ao ganho que se tem com a clareza da interpretação proporcionada.

Essa técnica e instrumentos foram selecionados em virtude da necessidade de atender a problemática da pesquisa, com ênfase nos objetivos que dão sustentação a esse trabalho. Nesse sentido, a investigação foi orientada pelo seguinte objetivo geral: Estudar a presença da Educação Inclusiva na formação inicial do pedagogo em uma IES pública federal localizada na cidade do Recife/PE.

Tendo os seguintes objetivos específicos: 1) Verificar as temáticas dos TCC's nos últimos três anos (2015 a 2017) do curso de pedagogia da IES pública investigada; 2) Identificar o lugar que ocupa a Educação Inclusiva a partir do projeto político de curso de pedagogia na IES pública investigada e 3) Verificar o que dizem os discentes da licenciatura em Pedagogia sobre a Educação Inclusiva na formação inicial dos pedagogos.

Diante do exposto, o quadro apresentada abaixo demonstra a divisão dos objetivos específicos em relação à escolha da técnica e os instrumentos utilizados para compor o percurso metodológico da pesquisa.

Quadro 1: Divisão dos objetivos em relação à técnica e instrumentos utilizados.

Pesquisa Documental e Análise Descritiva	Questionário
Temáticas dos TCC's nos últimos três anos (2015 a 2017).	O que dizem os discentes sobre a Educação Inclusiva na formação inicial dos pedagogos.
Projeto Pedagógico de Curso.	

1. Universo Pesquisado

Essa pesquisa teve como universo, os discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia de uma Instituição Pública Federal, localizado na cidade do Recife-PE, os Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos nos últimos três anos (2015 a 2017), bem como o Projeto Pedagógico de Curso da IES investigada.

A instituição pesquisada oferece a graduação em Licenciatura em Pedagogia nos turnos da manhã e tarde, na modalidade presencial. O período mínimo de integralização curricular é de oito semestre, que corresponde a quatro anos. O período máximo de integralização curricular é de 14 semestres, que corresponde a sete anos.

O curso oferta um total de quarenta (40) vagas, na modalidade presencial e o regime de funcionamento é semestral, em créditos, sendo o Trabalho de Conclusão de Curso, uma condição obrigatória para a devida integralização da carga horária total, que é de Três mil duzentas e setenta horas (3.270 horas), que equivale a duzentos e dezoito (218) créditos.

2. Participantes

Os participantes foram os discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Instituição de Ensino Superior investigada, onde foi resguardado a não identificação dos mesmos (as).

Para fazer parte dessa pesquisa foi necessário utilizar como critério de seleção o seguinte aspecto: os sujeitos deveriam estar cursando a sua primeira graduação em qualquer período ofertado pelo curso. O critério utilizado para a escolha dos participantes se deu pela necessidade de evitar concepções sobre Educação Inclusiva advindas de outra formação profissional, uma vez que o ingresso ao curso não se dá unicamente pelo Sisu/MEC, mas também por chamada semestral via edital, na qual admite-se portadores de diplomas.

Todos os pesquisados tiveram que preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos, conforme prevê as pesquisas que envolvem seres humanos.

3. Procedimento

Para verificar as temáticas dos TCC's nos últimos três anos (2015 a 2017) foi elaborado uma tabela (Apêndice A), contendo os seguintes itens: a) Ano; b) Título

do TCC que versam sobre a Educação Inclusiva e a c) Quantidade destes TCC's. Essa planilha foi alimentada dentro da coordenação do curso, onde as pastas foram disponibilizadas por cada ano resguardando no seu interior todos os TCC's. Para garantir a quantidade de trabalhos de conclusão de curso foi solicitada à coordenação um demonstrativo quanto à quantidade de alunos que integralizaram no período investigado.

Para identificar o lugar que ocupa a Educação Inclusiva a partir do Projeto Pedagógico do Curso da IES pública investigada, o procedimento adotado para a coleta desses dados foi primeiramente identificar se no PPC do curso havia alguma menção sobre educação inclusiva na formação do pedagogo, enquanto marco conceitual e legal, perfil do profissional, caracterização do curso e sua organização, ou qualquer outro indício que levasse a alguma construção a cerca da Educação Inclusiva na formação do pedagogo. Para além dessa leitura foi construída uma planilha de três colunas (Apêndice B), contendo a sistematização dos seguintes itens: a primeira coluna identificando as disciplinas obrigatórias sobre a Educação Inclusiva; a segunda coluna identificando as disciplinas optativas inclusivas; e na terceira coluna, demarcando a quantidade das disciplinas que versam sobre a Educação Inclusiva.

Para verificar o que dizem os discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia sobre a Educação Inclusiva na formação inicial dos pedagogos, foi elaborado um questionário (Apêndice C) de múltipla escolha, baseando-se na tendência de resposta como preconiza a escala *Likert*⁴, que permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade do entrevistado com qualquer afirmação proposta.

O questionário foi dividido em quatro seções: a primeira foi quanto à obrigatoriedade do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que é um documento que reveste o protocolo de pesquisa com ética, envolvendo seres humanos. É a proteção legal do pesquisador, por meio da manifestação do

⁴ A escala de Likert, inventado no ano de 1932, pelo psicólogo americano Renis Likert (1903-1981), é conhecido por ser um recurso que permite a medição de atitudes e o grau de conformidade do pesquisado mediante as afirmações propostas. O Likert é totalmente útil para situações em que precisa que o entrevistado expresse com detalhes a sua opinião. Neste sentido, as categorias de resposta servem para capturar a intensidade dos sentimentos dos respondentes, por exemplo, 1) Discordo totalmente, 2) Discordo, 3) Nem discordo nem Concordo, 4) Concordo, e 5) Concordo Totalmente. (LLAURADÓ, 2015)

investigado concordar com a participação do estudo proposto. Se o respondente marcasse a opção de aceitação do TCLE, automaticamente passaria para a segunda seção, mas, caso o respondente sinalizasse a opção de não aceitação do termo, sua participação era finalizada pelo sistema, abrindo uma caixa de informação com os seguintes dizeres: *“Como você não aceitou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido não poderá participar desta pesquisa, obrigada.”*

A segunda seção foi dedicada à identificação dos participantes, contendo os seguintes demarcadores: idade em intervalos de 5 em 5 anos (16 a 20 anos, 21 a 25 anos até finalizar em acima de 51 anos em diante), gênero (masculino e feminino), primeira formação, segunda formação e período matriculado. Se o participante sinalizasse está cursando a sua primeira graduação, o questionário seguia naturalmente para as demais seções. Mas, caso o respondente informasse estar cursando a segunda graduação, o sistema abria uma tela, contendo a seguinte informação: *“Obrigada pelo interesse em responder ao questionário, porém, como você já é graduada (o) em outro curso encerramos a sua participação neste questionário.”* O encerramento da participação do respondente se dava para que não houvesse informações sobre a Educação Inclusiva advindas de outra formação profissional. Para a pergunta relacionado ao período matriculado, o respondente assinalava o período que está cursando, do primeiro período ao oitavo.

A terceira seção nomeada de Pedagogia: Educação Inclusiva e Currículo foi constituída por duas perguntas. A primeira pergunta procurou saber se a disciplina de Educação Inclusiva fora apresentada ao respondente em uma cadeira específica ou não. Se o respondente assinalasse que não fora apresentada em uma disciplina específica, seria encaminhada para a segunda pergunta que buscou identificar em qual disciplina a Educação Inclusiva fora contextualizada até a presente data. Caso o respondente marcasse que a temática fora apresentada em uma disciplina específica, o sistema passaria para a próxima seção.

A quarta seção nomeada Educação Inclusiva em foco foi constituída por 6 questões em escala *Likert* (1) Discordo totalmente, (2) Discordo, (3) Nem discordo nem Concordo, (4) Concordo, e (5) Concordo Totalmente referentes à formação inicial do professor e sobre o currículo de Pedagogia, apresentadas a seguir: 1. Estudar sobre a Educação Inclusiva é importante para a formação inicial do professor? 2. A educação inclusiva possui papel de destaque no currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE? 3. A temática da Educação Inclusiva

transversaliza nas demais disciplinas no curso de Licenciatura em Pedagogia? 4. O currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE deveria ofertar mais disciplinas que versam sobre a Educação Inclusiva? 5. É importante ocorrer à ampliação de atividades extracurriculares (seminários, cursos, oficinas, etc.) sobre a temática da Educação Inclusiva? e 6. A disciplina de Educação Inclusiva é suficiente para a formação do professor do Curso de Licenciatura em Pedagogia?

A quinta e última seção apresentada como Educação Inclusiva e TCC, fora formada por duas perguntas sendo estas a seguir: 1. Você tem interesse em abordar sobre a Educação Inclusiva no seu Trabalho de Conclusão de Curso? e 2. Para você há incentivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia para o desenvolvimento de TCC's sobre a Educação Inclusiva?

Para a coleta dos referidos dados, o questionário foi disponibilizado na plataforma do Formulários do *Google*⁵, sendo divulgado, para os discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia, da IES investigada, por meio dos seguintes caminhos: rede social que o curso investigado utiliza, e-mail pessoal e coletivo das turmas.

Ao término das coletas de dados possibilitados pelos procedimentos aqui descritos se dará início à análise dos referidos dados, no qual realizou-se em etapas materializado nas tabelas e gráficos.

⁵ Ferramenta do Google Docs que facilita a criação de formulários e questionários, de fácil acesso e envio simultâneo para diversas pessoas.

CAPÍTULO III – O lugar que a Educação Inclusiva ocupa na Formação Inicial do pedagogo: As análises e a discussão dos resultados obtidos.

O capítulo, ora apresentado, traz os resultados dos objetivos específicos que possibilitaram a concretude deste trabalho e as discussões dos mesmos.

1. Trabalhos de Conclusão de Curso

Nos últimos três anos (2015 a 2017) foi necessário identificar a quantidade de estudantes que integralizaram o currículo ao longo desse período. Os dados revelaram que de acordo com os registros contidos na coordenação do curso investigado, obteve-se o seguinte resultado, conforme demonstra o quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Números de discentes formados por ano

Ano	Concluintes
2015	11
2016	27
2017	20
Total	58

Dos cinquenta e oito concluintes que conseguiram obter a integralização curricular do curso, quarenta e cinco (77,5%) discentes entregaram na coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia, os Trabalhos de Conclusão de Curso na sua versão final. Isto significa dizer que treze discentes (22,42%) deixaram de entregar a versão final do seu TCC na coordenação ao longo dos anos investigados, não sendo possível analisar o eixo temático dessa parcela. No quadro 2 abaixo há a distribuição desses dados.

Quadro 2: Quantidade de TCC's entregues (2015 a 2017)

TCC's			
Ano	Formandos	Entregue o TCC	Não entregue o TCC
2015	11	09	2
2016	27	17	10

2017	20	19	01
TOTAL	58	45	13

Posteriormente foi alimentada a planilha no que diz respeito às temáticas dos TCC's, e a partir dos dados extraídos resultou na seguinte distribuição, conforme demonstra o quadro 3 abaixo.

Quadro 3: Quantidade de TCC's por ano e que versem sobre Educação Inclusiva.

TCC's		
Ano	Quant. Total	Quant. Ed. Inclusiva
2015	09	03
2016	17	05
2017	19	05
TOTAL	45	13

Este resultado aponta que ao longo dos três anos treze (28,8%) TCC's, discorreram sobre a educação inclusiva como eixo temático.

De acordo com a planilha do Apêndice A, as temáticas que versam sobre a Educação Inclusiva, obtiveram os seguintes títulos: Em 2015: (1) A inclusão escolar para além da deficiência: um estudo teórico sobre a educação para todos; (2) *Bullying* no contexto escolar: prevenção e negação do fenômeno e (3) A mediação de conflito na escola: uma questão de gênero. Em 2016: (1) A escola como meio de inclusão social; (2) As religiões afro-indígenas e o fortalecimento da identidade negra nas comunidades tradicionais: um recorte das leis 10.639/2003 e 11.645/2008; (3) Leitura infantil afro-brasileira: possibilidades e construção na (re) construção da identidade e crianças negras; (4) Concepções e práticas docentes em relação ao TDAH: um estudo de dois casos e (5) O *Bullying* no ambiente escolar: um estudo sobre a atuação de duas professoras da rede municipal de Jaboatão. Em 2017: (1) Questões de gênero em uma Escola Municipal de Santo Antão - PE; (2) A abordagem da temática indígena na educação infantil; (3) Representação do cabelo afro: a identidade negra vista na sala de aula; (4) Os conceitos de rural, urbano,

campo e cidade nos livros didáticos de Geografia no ensino fundamental e (5) A educação de crianças institucionalizadas: um estudo historiográfico e bibliográfico.

Ao longo dos três anos (2015 a 2017), os dados expressam um quantitativo relativamente baixo de produção de TCC's que dissertem sobre a temática da Educação Inclusiva, o que direciona a pensar que embora a disciplina Educação Inclusiva esteja alocada no PPC do curso no eixo dos Fundamentos, tudo leva a crer que no currículo os seus conteúdos se dão em caixas e não criam diapasão sobre a temática.

Nesse sentido ressalta-se sobre a importância de oportunizar debates sobre a modalidade deste trabalho, transversalizar a oferta das dos eixos dos conteúdos específicos e das metodologias sobre a inclusão para corroborar na construção efetiva de culturas de inclusão na formação inicial desse futuro docente, e assim, despertar um olhar mais direcionado para a Educação Inclusiva na formação inicial e produzir Trabalhos de Conclusão de Curso coadunando com a realidade das escolas, para um olhar mais inclusivo.

2. Projeto Pedagógico de Curso

O marco conceitual e legal do PPC do curso investigado foi elaborado a partir dos seguintes princípios norteadores: (i) as Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em cursos de nível superior (2001); (ii) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / LDBEN (Lei 9394/96), (iii) as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, (iv) as recomendações constantes nos Parâmetros e Referenciais Curriculares para a Educação Básica (1997), bem como (v) as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura (2006). Já o marco conceitual foi consolidado pelo conceito de *simetria invertida* entre as situações de formação e de exercício profissional (Parecer CNE/CP nº 09/2001).

Um aspecto a ser observado e enaltecido foi que no PPC consolidado foi evidenciado que havia uma inquietação quanto à formação profissional, uma vez que o cenário educacional exigia um profissional diferente e o modelo aplicado não atendia às reais demandas, afirma o documento:

o papel do professor está sendo questionado e redefinido a partir das discussões recentes sobre a profissionalização do docente. Para isso, concorrem as novas concepções sobre a educação, as revisões e atualizações acerca do desenvolvimento humano e dos processos de aprendizagem, o impacto da tecnologia da informação e das comunicações sobre os processos de ensino e de aprendizagem, suas metodologias, técnicas e materiais de apoio. (BRASIL, 2005, p.2-3).

Nesse sentido, para garantir as novas concepções sobre a educação, o perfil identitário do professor foi salvaguardado no PPC do curso investigado, a partir de uma formação docente por meio do ensino e não na supervisão⁶ ou gestão escolar, embora estes dois tópicos tenham sido contemplados na matriz curricular (ver ANEXO A). Outra busca identitária de base foi que o mesmo seguiu à luz do que anunciava as *Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em cursos de nível superior*, instituídas em 2002, e dentre os tópicos identitários encontrava-se o item: “Assumir e saber lidar com a **diversidade** existente entre os alunos” (*Ibid*, 2005, p.3, **grifo nosso**). Por fim, buscou-se ainda uma articulação estruturada da reflexão teórica à atuação prática que de acordo com o documento “*essas atividades se condicionem mutuamente, sendo co-constitutivas e co-gerativas durante todo o processo de formação dos graduandos*”, consolidada pela disciplina PEPE.

Frente ao exposto, o marco conceitual legal concebido pelo PPC foi possibilitar uma reflexão teórica conceitual sobre a Educação da época, tomando como base as diretrizes que norteavam a formação docente.

Em relação ao perfil do profissional consolidado pelo PPC foram as competências e as habilidades, tais como: (i) Domínio de conhecimentos científicos; (ii) Concepções e análise da situação de aprendizagem; (iii) Relação pedagógica dialógica; (iv) Ética e responsabilidade e Autogestão da aprendizagem e produção de conhecimentos, tomando como parâmetro as visões de mundo, as vivências profissionais e a percepção das demandas da sociedade.

Em relação a caracterização foi consolidada da seguinte maneira: (i) Modalidade: presencial; (ii) Regime de Funcionamento: semestral, em regime de créditos; (iii) Total de vagas: 40; (iv) Turno de funcionamento: manhã e tarde; (v) Carga horária do núcleo dos estudos básicos: 2.865 horas (componentes obrigatórios: 2.595 horas; componentes optativos: 270 horas); (vi) Carga horária do

⁶ A disciplina ofertada foi Coordenação Pedagógica e não de Supervisão como aponta o PPC.

núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos: 300 horas; (vii) Carga horária do núcleo de estudos integradores: 105 horas; (viii) Carga horária total: 3.270 horas / 218 créditos; (ix) Período Mínimo de integralização curricular: oito semestres; (x) Período Máximo de integralização curricular: quatorze semestres e (xi) Tempo hora/aula: 50 min.

Em relação a organização do curso, o PPC tomou como referência a seguinte afirmação:

o currículo envolve uma seleção de conteúdos e metodologias, concretiza-se a partir de concepções políticas, administrativas e institucionais, e está condicionado pelos valores, pressupostos e idéias presentes no contexto social no qual a escola se insere. (Sacristán, 1998).

Para finalizar afirma ainda o referido documento, que em:

sintonia com essas concepções, o currículo privilegia os princípios estéticos, políticos e éticos, a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade, a contextualização e a transversalidade, além da concepção formativa da avaliação. Dessa forma, **busca-se romper com a lógica convencional que parte de disciplinas para definir os conteúdos de formação** e substituí-la por outra que tem origem na análise da atuação profissional para configurar a contribuição a ser demandada dos componentes curriculares. (BRASIL, 2005, p.12, **grifo nosso**)

Para além dessa leitura foi também identificado que no levantamento da matriz curricular obteve-se o seguinte:

A matriz curricular do curso se caracteriza em setenta e uma componentes curriculares, sendo divididas em três núcleos: Núcleo de Estudos Básicos (Anexos A), Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (Anexos B) e o Núcleo de Estudos Integradores (Anexos C).

Quanto aos componentes curriculares ofertados no Núcleo de Estudos Básicos são divididas em disciplinas obrigatórias e optativas, tendo no total cinquenta e seis disciplinas obrigatórias e quinze optativas. Dentro dessas disciplinas em caráter obrigatório apenas duas elucidam sobre a Educação Inclusiva, que são: Educação Especial e Libras na Prática Pedagógica. Já em caráter optativo três cadeiras são ofertadas que versam sobre a problemática da pesquisa que serão descritas a seguir: Educação Afro-Brasileira, Educação do Campo e Educação Indígena.

A disciplina, ora nomeada, Educação Especial em algum momento onde não foi localizada a temporalidade mudasse de nome, para ser denominada como Educação Inclusiva obedecendo ao mesmo código da disciplina e a mesma ementa. A disciplina de LIBRAS tornou-se obrigatória a partir da exigência da política educacional da Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002 onde no art. 4 explicita o seguinte:

O sistema Educacional Federal e os sistemas educacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de educação especial, de fonoaudiologia e de magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como parte integrante dos parâmetros curriculares nacionais – PCNS conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002).

Embora a política educacional tenha sido estabelecida no ano de 2002 a implementação desta disciplina como componente curricular nos currículos dos cursos de graduação da universidade pesquisada adveio no ano de 2010 com a publicação da resolução de n. 030/2010 publicada em 23 de abril do mesmo ano. (UFRPE, 2010)

No curso pesquisado o nome da disciplina foi denominado de Libras na Prática Pedagógica (45h) e nas demais licenciaturas com o nome de LIBRAS (60h), sendo outro componente curricular.

Em relação ao Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos é ofertado quatro disciplinas, sendo estas o Estágio Curricular Obrigatório estabelecido pela Lei nº 11.788 (BRASIL, 2008) que estabelece a realização de vivências supervisionadas visando o aprendizado de atividades da área de formação.

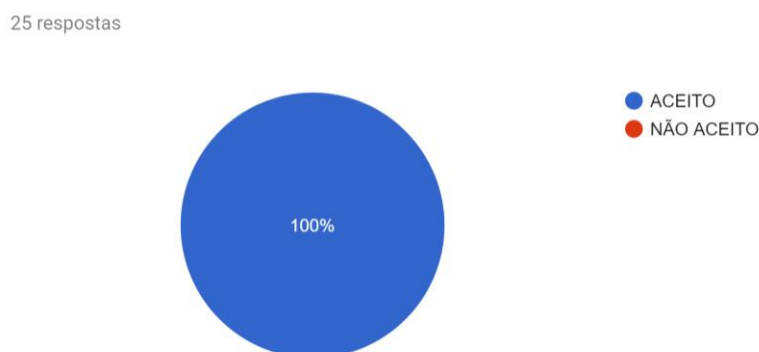
Já os Componentes Curriculares do Núcleo de Estudos Integradores se direciona para as atividades de Extensão Científica, Monitoria e Extensão.

A partir de toda essa exposição, pode-se concluir que o PPC embora tenha utilizado como base as Diretrizes de 2002, a diversidade, leia-se, “*Assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos*” como proposta de formação docente, na prática, a formação foi pautada por conteúdos de maneira obrigatória, por meio de duas disciplinas e optativamente por meio de três. Nesse sentido, o conteúdo voltado para Educação Inclusiva não foi ofertado de maneira compartimentada e não transversalizada.

3. O que dizem os discentes

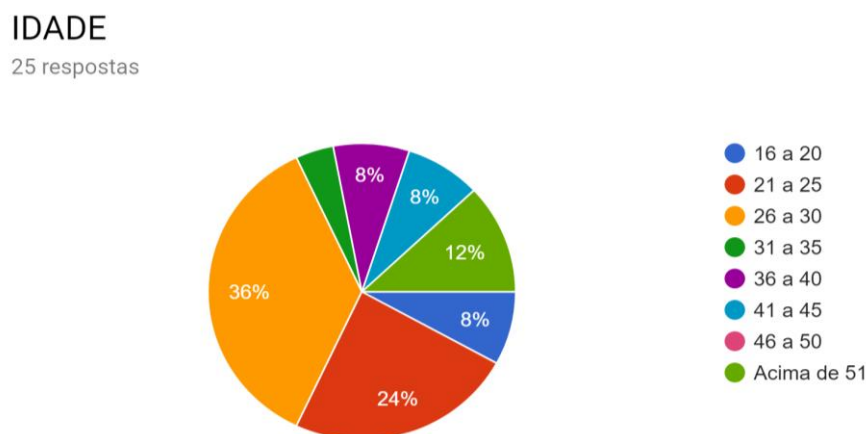
O questionário (Apêndice C) foi dividido em quatro seções, sendo que a primeira corresponde ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, caracterizando-se em uma condição para a continuação da participação do questionário, no qual obteve-se como retorno a aceitação de 25 respondentes.

Fig.1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



Em relação à segunda seção que diz respeito à identificação dos participantes, na categoria de idade, a) 9 (36%) pessoas apontaram ter entre 26 a 30 anos; b) 6 (24%) sujeitos indicaram ter entre 21 a 25 anos; c) 3 respondentes alegaram ter acima de 51 anos; d) 2 (8%) marcaram ter 36 a 40 anos; e) 2 (8%) afirmaram ter 41 a 45 anos; f) 2 (8%) assinalaram ter entre 16 a 20 anos e por último g) 1 (4%) marcaram ter 31 a 35 anos.

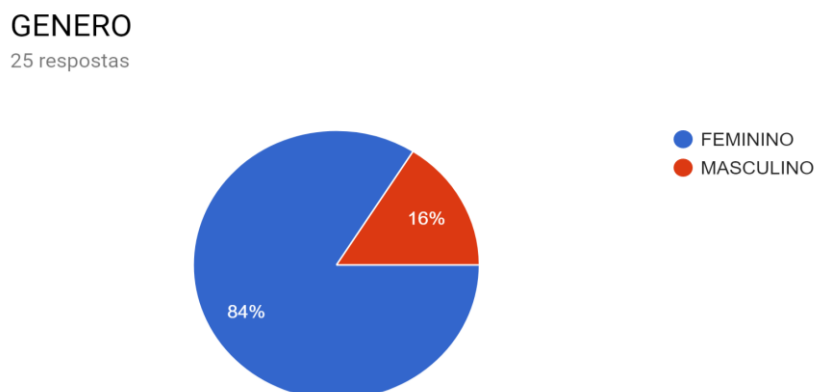
Fig.2 Identificação dos participantes



Na categoria gênero que é o segundo elemento de identificação, há uma predominância no gênero feminino. Isto significa dizer que dos 25 sujeitos respondentes, 21 (84%) é o público feminino e 4 (16%) é masculino, que justificativa

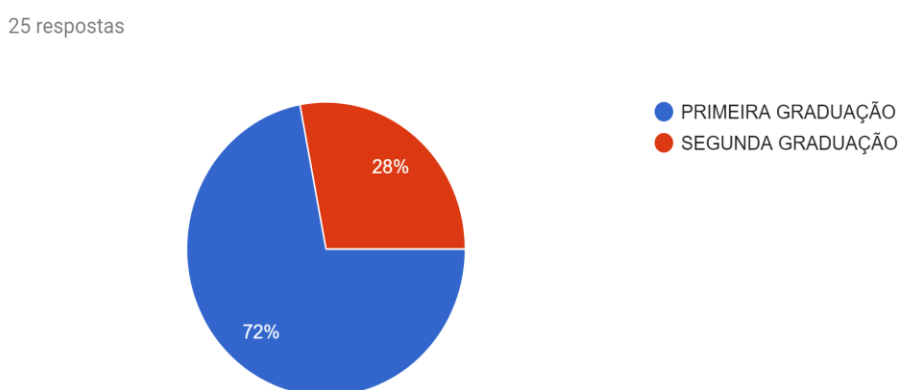
por conta do curso ser prioritariamente feminino. Este resultado não é surpreendente porque a própria história da pedagogia já há uma prevalência deste tipo de gênero cursando.

Fig.3 Gênero dos participantes



A categoria que corresponde à primeira ou segunda formação aponta se o respondente já possui outra graduação, se caso o respondente já possuísse uma primeira graduação a sua participação era encerrada pelo sistema. Com esta ação buscou-se evitar um cruzamento de informações sobre a temática pesquisada advinda de outro curso. Dos sujeitos 18 (72%) estão cursando sua primeira graduação e 7 (28%) já possuem outra graduação.

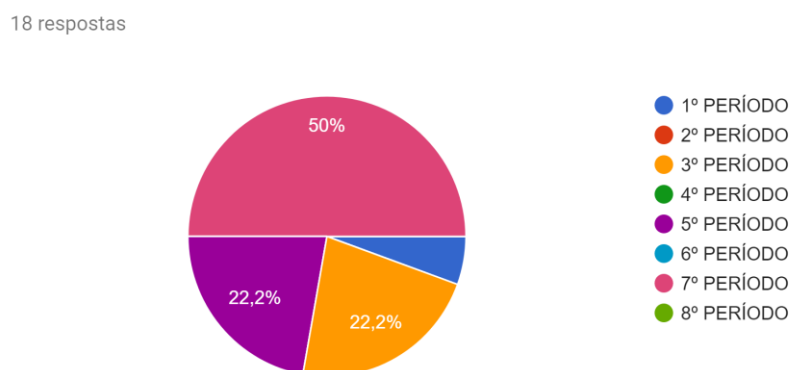
Fig.4 Primeira ou segunda graduação



A partir dessa categoria em diante o número dos respondentes diminuiu, pois o critério de seleção para participar de maneira efetiva era apresentar a primeira graduação, portanto os 7 sujeitos (28%) finalizaram o questionário nesta seção momento em que abriu-se uma mensagem agradecendo a sua participação.

Ainda em relação à identificação, esta categoria corresponde ao período de Pedagogia que o respondente está matriculado. Tendo 18 sujeitos participantes efetivos do questionário apontaram que estavam cursando na IES pública investigada: a) 9 (50%) sujeitos no 7º período; b) 4 (22,2%) respondentes no 4º período; c) 4 (22,2%) participantes no 3º período e por último d) 1 (5,6%) sujeito no 1º período. Os períodos que não obtiveram respostas foram aqueles que no momento da realização da pesquisa não estavam sendo ofertados pelo curso.

Fig.5 Período matriculado dos participantes

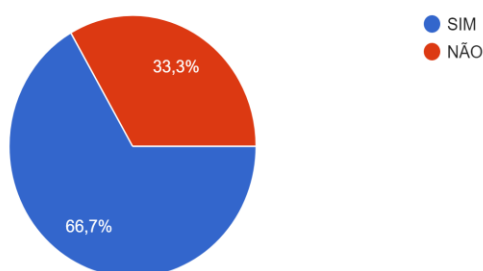


Na terceira seção, Pedagogia: Educação Inclusiva e Currículo constituído por duas categorias, no qual a primeira pergunta buscou questionar se a temática da Educação Inclusiva fora apresentada aos respondentes numa disciplina específica ou transversalizada em outra. Obteve-se como resposta que a temática da Educação Inclusiva fora apresentada em uma disciplina específica por 12 (66,7%) dos participantes e 6 (33,3%) afirmaram que não.

Fig.6 Disciplina Específica ou não

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA FOI APRESENTADA PARA VOCÊ NUMA DISCIPLINA ESPECÍFICA?

18 respostas



A segunda categoria buscou identificar em qual disciplina fora apresentada a temática da Educação Inclusiva para os respondentes que assinalaram que não foram apresentados sobre o referido assunto em uma disciplina específica. Desse modo, obteve-se como resposta às disciplinas obrigatórias: a) Políticas Públicas em Educação, b) Prática Educacional, Pesquisa e Extensão e em c) Teoria Psicológicas do Desenvolvimento. Na disciplina optativa: Contribuições da Neuropsicologia para a Educação.

Fig.7 Contextualização da Educação Inclusiva

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA FOI CONTEXTUALIZADA EM QUAL DISCIPLINA QUE VOCÊ CURSOU ATÉ A PRESENTE DATA?

6 respostas

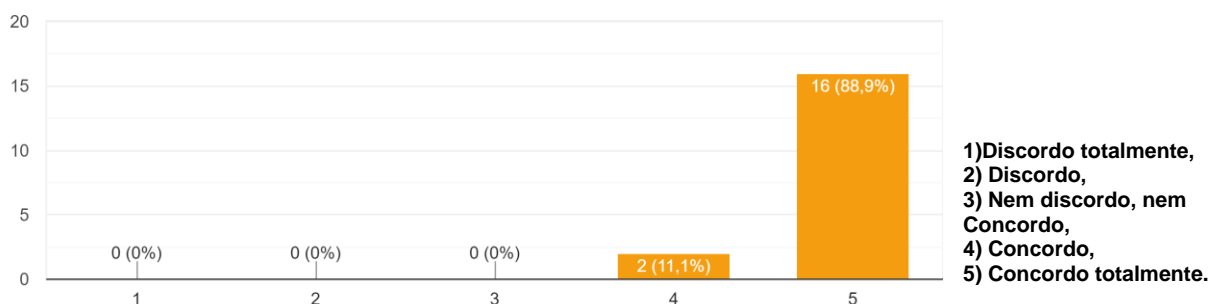
Neuropsicologia
Contribuições da Neuropsicologia para a Educação, Teoria psicológicas do desenvolvimento.
Em duas disciplinas: Prática educacional, pesquisa e extensão II (PEPE II) e Políticas públicas em educação
Psicologia do desenvolvimento
Nenhuma
PEPE, Políticas Públicas e Teorias Psicológicas da Aprendizagem I

Na quarta seção, Educação Inclusiva em foco, foi constituída por 6 categorias baseando-se na tendência de resposta como preconiza a escala *Likert*. A primeira categoria referiu-se sobre qual a importância da Educação Inclusiva na formação inicial do professor de acordo com os discentes, tendo como resposta que 16 (88,9%) dos respondentes concordam totalmente que a Educação Inclusiva seja importante para a formação e 2 (11,1%) concordam com a afirmativa.

Fig.8 Educação Inclusiva na Formação do Professor

1. ESTUDAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA É IMPORTANTE PARA A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR

18 respostas

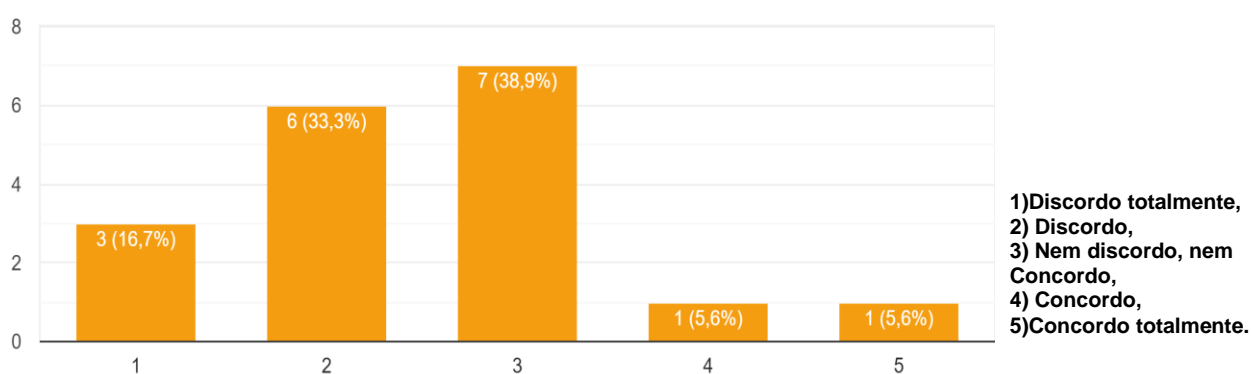


A segunda categoria, diz respeito se a Educação Inclusiva possui um papel de destaque no currículo da IES investigada. Dos respondentes 3 (16,7%) discordam totalmente; 6 (33,3%) discordaram; 7 (38,9%) não discordaram e nem concordaram; 1 (5,6%) concordou e 1 (5,6%) dos respondentes concorda totalmente que a Educação Inclusiva possui um papel de destaque no currículo do Curso.

Fig.9 Educação Inclusiva com destaque ou não no currículo

2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA POSSUI PAPEL DE DESTAQUE NO CURRÍCULO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UFRPE

18 respostas



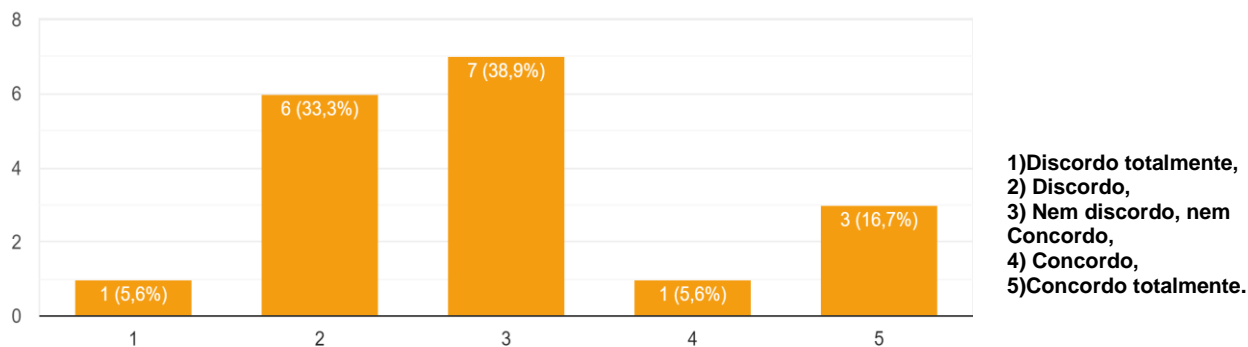
As respostas obtidas referentes à primeira pergunta desta categoria aponta que para os participantes é importante estudar a Educação Inclusiva na formação inicial do professor. Embora, surpreendentemente, a tendência de resposta concernente à segunda pergunta desta seção indica uma neutralidade quanto ao papel de destaque dessa modalidade no currículo, uma vez que, apontou para nem discordarem e nem concordarem. Isto significa dizer que na formação do pedagogo a Educação Inclusiva não é um eixo que emerge nas discussões teórico-metodológico e nem nas práticas pedagógicas na formação inicial.

A terceira categoria procurou investigar se a Educação Inclusiva é transversalizada nas disciplinas em Pedagogia da IES investigada. As graduações de resposta obtidas foram que 7 (38,9%) respondentes nem discordam nem concordam; 6 (5,6%) discordam; 3 (16,7%) concordam totalmente; 1 (5,6%) discorda totalmente e 1 (5,6%) concorda com a afirmativa.

Fig.10 Educação Inclusiva transversaliza nas demais disciplinas

3. A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA TRANSVERSALIZA NAS DEMAIS DISCIPLINAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

18 respostas



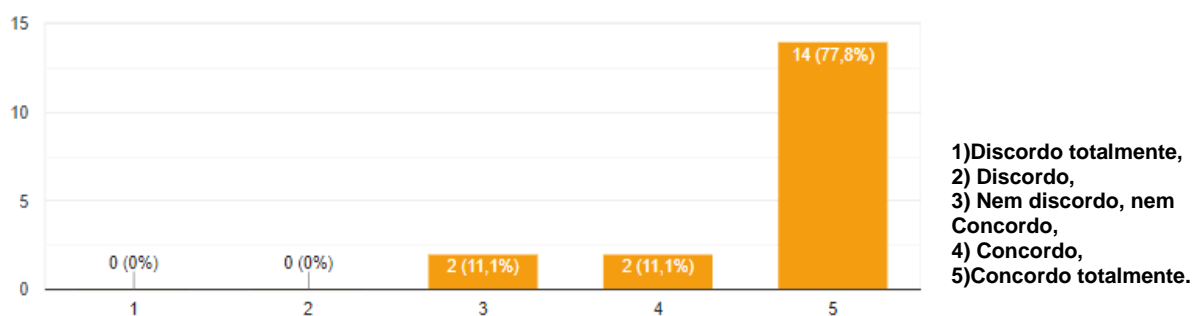
Esta graduação de resposta apresenta que os discentes do curso não concebem a transversalidade, pois eles ou são neutros ou discordam. Isto significa dizer que a transversalidade necessita ser revisitada na oferta das disciplinas na temática da Educação Inclusiva para atender o que se é posto no Projeto Pedagógico do Curso.

A quarta afirmativa buscou sondar os discentes se o currículo de Pedagogia deveria ofertar mais disciplinas que versam sobre a temática, obtendo como resposta que 14 (77,8%) dos participantes concordam totalmente; 2 (11,1%) concordam; 2 (11,1%) Nem discordam, nem concordam, tendo as demais graduações não recebendo nenhum voto.

Fig.11 Mais disciplinas sobre a Educação Inclusiva

4. O CURRÍCULO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UFRPE DEVERIA OFERTAR MAIS DISCIPLINAS QUE VERSAM SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

18 respostas

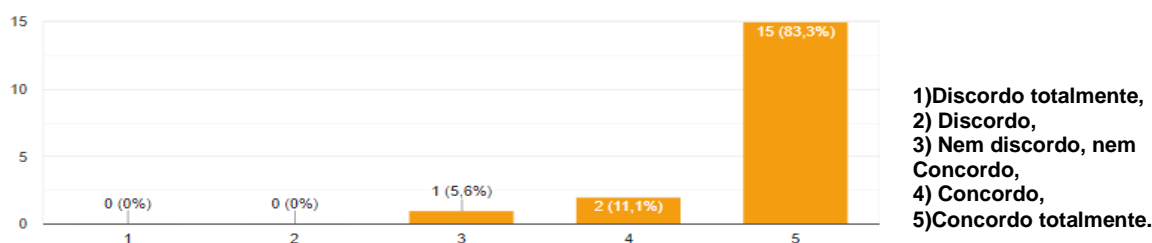


A quinta categoria discorre sobre a importância da ampliação de atividades extracurriculares sobre a Educação Inclusiva. Nesse sentido, o resultado alcançado foram que 15 (83,3%) dos respondentes concordam totalmente, 2 (11,1%) concordam e 1 (5,6%) não concordam, nem discordam.

Fig.12 Ampliação de atividades extracurriculares

5. É IMPORTANTE OCORRER A AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES (SEMINÁRIOS, CURSOS, OFICINAS, ETC.) SOBRE A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

18 respostas

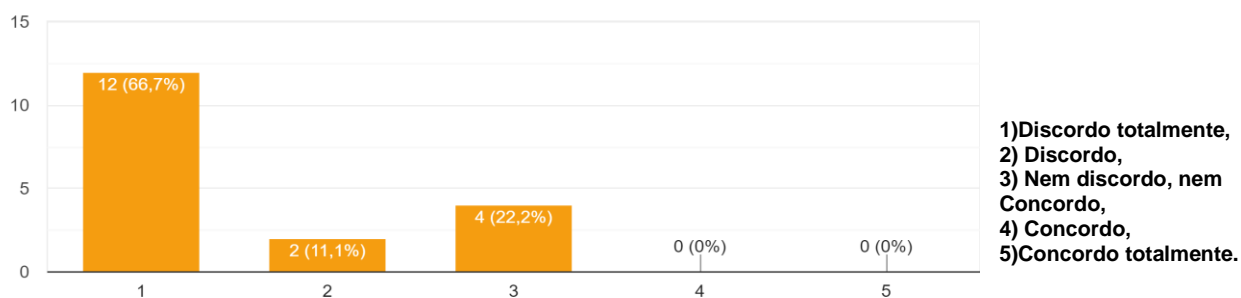


A sexta e última categoria desta seção, procurou saber dos discentes se acham que a disciplina da Educação Inclusiva é suficiente para a formação do professor. Dos respondentes 12 (66,7%) discordaram totalmente, 2 (11,1%) discordaram e 4 (22,2%) nem discordaram, nem concordaram.

Fig.13 Disciplina suficiente ou não para a formação do professor

6. A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA É SUFICIENTE PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

18 respostas



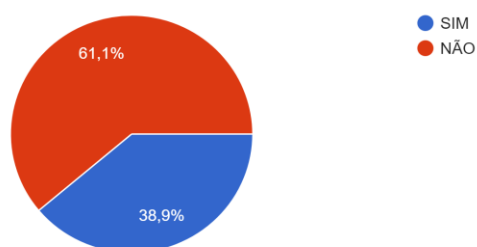
Esta pergunta aponta para a insuficiência da disciplina da Educação Inclusiva na formação inicial do pedagogo da IES investigada, podendo ser o reflexo da ementa ofertada, pois embora a disciplina tenha a nomenclatura da temática deste trabalho seus conteúdos atendem a modalidade da Educação Especial.

A seção seguinte, intitulada de Educação Inclusiva e TCC, refere-se à relação entre eles, no qual continha duas categorias. A primeira categoria buscou investigar se há um interesse por parte dos discentes de elaborar Trabalhos de Conclusão de Curso que tratem sobre a Educação Inclusiva, tendo 11 (61,1%) dos respondentes demonstraram não haver interesse na produção de TCC's sobre essa temática e 7 (38,9%) apontaram ter interesse.

Fig. 14: Educação Inclusiva e TCC

7. VOCÊ TEM INTERESSE EM ABORDAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SEU TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO?

18 respostas



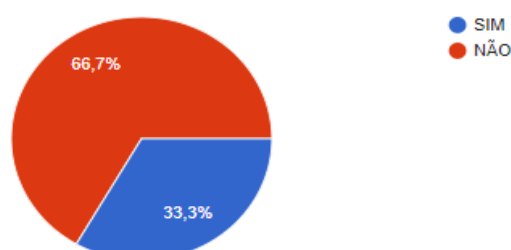
A resposta obtida indica a falta de interesse por parte dos participantes em elaborar o seu TCC sobre a Educação Inclusiva, podendo estar relacionado com a insuficiência da disciplina da referida temática. Esta carência não suscita nos discentes o desejo pela temática da Educação Inclusiva no que tange ao Trabalho de Conclusão de Curso.

A segunda, e última, categoria buscou perceber se há incentivo por parte do curso de Pedagogia da IES investigada para que os discentes elaborem TCC's sobre a temática problematizadora dessa pesquisa. Dos respondentes 12 (66,7%) indicam que não percebem o incentivo e 6 (33,3%) apontam que percebem que há incentivo por parte do curso.

Fig. 15: Educação Inclusiva e Curso de Licenciatura em Pedagogia

8. PARA VOCÊ HÁ INCENTIVO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE TCC'S SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

18 respostas



CONCLUSÃO

Esta pesquisa se propôs estudar a presença da Educação Inclusiva na formação do pedagogo, orientando-se por três objetivos específicos que induziram a proponente deste trabalho a perceber o lugar que esta modalidade ocupa no curso de Pedagogia da IES investigada, por meio dos Trabalhos de Conclusão de Curso, o Projeto Pedagógico de Curso e pelo que dizem os discentes.

A análise dos dados coletados referentes ao primeiro objetivo específico que buscou verificar as temáticas dos Trabalhos de Conclusão de Curso, nos últimos três anos (2015 a 2017), do curso de pedagogia da IES pública investigada apontam que há poucos TCC's que elucidam sobre a Educação Inclusiva. Este dado pode caracterizar um interesse discreto por parte dos discentes em produzir Trabalhos de Conclusão de Curso sobre a referida temática deste trabalho.

Os dados obtidos relativos ao segundo objetivo específico, que procurou identificar o lugar que ocupa a Educação Inclusiva a partir do Projeto Pedagógico de Curso da Pedagogia, indica a presença de um número significativo de disciplinas, entre elas, obrigatórias e optativas sobre a Educação Inclusiva tendo sido corroborado pela fala dos discentes por meio de um questionário.

No tocante ao terceiro objetivo específico, que buscou verificar o que dizem os discentes do curso de Pedagogia sobre a Educação Inclusiva na formação inicial do pedagogo, os dados coletados mostram que a referida temática é importante para a formação do professor, uma vez que, foi revelada a necessidade de se ofertar mais disciplinas que elucidem sobre a Educação Inclusiva e a ampliação de atividades extracurriculares podendo se constituir em forma de disciplinas, seminários, entre outros.

Entretanto, embora ocorra esse apontamento quanto à relevância da temática foi surpreendente observar uma neutralidade quanto ao papel de destaque dessa modalidade no currículo, bem como na transversalidade dessa temática nas demais disciplinas, pois, a tendência de resposta apresentada apontou para nem discordarem e nem concordarem. Isto significa dizer que na formação do pedagogo a Educação Inclusiva não é um eixo que emerge nas discussões teórico-metodológico e nem nas práticas pedagógicas na formação inicial.

Outro dado que corrobora nessa mesma direção foi a revelação quanto à insuficiência apontada pela disciplina denominada Educação Inclusiva na formação

do professor. Essa carência apontada, logicamente, não suscita nos discentes o desejo pela temática no que tange ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Em vista dos dados obtidos se percebe a importância de se discutir a temática da Educação Inclusiva, na Formação Inicial do pedagogo, no curso pesquisado. Esta relevância se caracteriza na construção de um olhar mais inclusivo, uma vez que, a sociedade exige um professor mais qualificado nas suas práticas pedagógicas nessa modalidade.

Para futuras investigações seria interessante buscar um contraponto entre a percepção do que dizem os professores e ampliar a participação dos estudantes na sua primeira graduação sobre a modalidade Educação Inclusiva. Outro ponto investigativo seria analisar os planos de ensino ao longo dos três anos, dentro da cronologia aqui proposta, para melhor verificar a existência da transversalidade do lugar que ocupa a Educação Inclusiva no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 20 de Agosto de 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em www.senado.gov.br. Acesso em 14 mai. 2012.

BRASIL. Decreto de nº **3.298, de 20 de Dezembro de 1999 que dispõe** sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acessado em: 20 de Agosto de 2017.

BRASIL. Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acessado em: 26 de Agosto de 2017.

BRASIL. Portaria MEC nº 2.678, de 24 de Setembro de 2002, que estabelece a Grafia Braille para a Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf>>. Acessado em: 26 de Agosto de 2017.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessado em 26 de agosto de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 5, 13.12.2005. Brasília, 2005.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. 2 ed. ver. – São Paulo: EDUC, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6 ed. Porto Alegre: Meditação, 2014.

CUCHIARO, André Luiz; CARIZIO Walkiria Graick. ENSINO SUPERIOR, CURRÍCULO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. Disponível em : <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/9/190;42010084534.pdf> Acesso em; 11/12/2018

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva**: indagações e ações nas áreas de educação e da saúde. São Paulo: Avercamp, 2010.

LIMA, Emília de Freitas. Formação de Professores – passado, presente e futuro: o curso de Pedagogia. In: MACIEL, L. S. B.; NETO, A. S. et al. (Orgs.). **Formação de Professores**: Passado, Presente e Futuro. São Paulo: Cortez, 2004. cap. 1, p.15-34

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar**: O Que É? Por Quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

_____, MEC. Parecer CFE nº. 252/69. Mínimos de conteúdo e duração dos cursos e Pedagogia. Disponível em: www.anped11.uerj.br/24/Silva.doc>. Acesso em 14 mai. 2012.

_____, MEC. Parecer CNE/CP nº 9, de 08 de Janeiro de 2001, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acessado em: 20 de Agosto de 2017.

_____, MEC. Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura. Diário Oficial da União. Brasília 16 maio 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2012.

_____, MEC. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acessado em: 20 de Agosto de 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LEI Nº 9394/1996**: A educação superior tem por finalidade. Brasília, 1996.

_____. Minuta de resolução de diretrizes curriculares da pedagogia divulgada pelo Conselho Nacional de Educação. Brasília, 17 mar. 2005.

PACHECO, José et al. **Caminhos para Inclusão** - Um guia para o aprimoramento da equipe docente. 1º ed. São Paulo: Artmed editora Ltda, 2007.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: métodos, avaliação e utilização. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REIS, E. A., REIS I. A. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. (2002). > Disponível em: www.est.ufmg.br> Acesso em: 15 de março de 2018.

ROMUALDO, A. K.G; BEZERRA, A. L. A; CARLOS, J. G. **Formação De Professores Para Educação Inclusiva**: Interface entre a Legislação e a Prática. [200- década provável]. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA_6_ID4595_30092016215434.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2018.

SALGADO, S. S. Inclusão e Processo de Formação. In: Santos, M. P.; PAULINO, M.M. et al. (Orgs.). **Inclusão em Educação**: Culturas, Políticas e Práticas. São Paulo: Cortez, 2006. p.59-68.

UFRPE. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Sala dos Conselhos. Resolução n. 030/2010, 23 de Abril de 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**, Jomtien, 1990. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por>. Acessado em: 26 de Agosto de 2017.

BALDINI, Márcia Aparecida. **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE PEDAGOGIA/2006: AVANÇOS OU RETROCESSOS NA ORGANIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICO**. X Congresso Nacional de Educação - Educere. PUC/PR. 2011.

REGO, Janielle Kaline; BARRETO, Raisia Queiroga; BENÍCIO, Debora Regina Fernandes de. **O CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA: UMA PERSPECTIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Anais do II Congresso Internacional de Educação Inclusiva - CINTEDI. II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva. Campina Grande. PB. 2016.

ROGALSKI, Solange Menin - **HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Revista de Educação do Ideau. Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010.

SCHEIBE, Leda. **DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE PEDAGOGIA: TRAJETÓRIA LONGA E INCONCLUSA**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 130, p. 43-62, jan./abr. 2007.

LLAURADÓ, ORIOL - Escala de Likert: O qué é e como utilizá-la. <https://www.netquest.com/blog/br/escala-likert>

APÊNDICES

Apêndice A - TCC's que versam sobre a Educação Inclusiva

TÍTULO	ANO
A inclusão escolar para além da deficiência: um estudo teórico sobre a educação para todos.	2015
Bullying no contexto escolar: prevenção e negação do fenômeno.	2015
A mediação de conflito na escola: uma questão de gênero.	2015
A escola como meio de inclusão social.	2016
As religiões afro-indígenas e o fortalecimento da identidade negra nas comunidades tradicionais: um recorte das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.	2016
Leitura infantil afro-brasileira: possibilidades e construção na (re) construção da identidade de crianças negras.	2016
Concepções e práticas docentes em relação ao TDAH: um estudo de dois casos.	2016
O bullying no ambiente escolar: um estudo sobre a atuação de duas professoras da rede municipal de Jaboatão.	2016
Questões de gênero em uma escola municipal de Santo Amaro - PE.	2017
A abordagem da temática indígena na Educação Infantil.	2017
Representação do cabelo afro: a identidade negra vista na sala de aula.	2017
Os conceitos de rural, urbano, campo e cidade nos livros didáticos de geografia no Ensino Fundamental.	2017
A educação de crianças institucionalizadas: um estudo historiográfico e bibliográfico.	2017
TOTAL DE TCC'S INCLUSIVOS: 13	

Apêndice B - Disciplinas obrigatórias e optativas inclusivas

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
Educação Especial
Libras na prática pedagógica
DISCIPLINAS OPTATIVAS
Educação do Campo
Educação Afro-Brasileira
Educação Indígena
QUANT. DAS DISCIPLINAS: Cinco (5)

Apêndice C - Questionário sobre a Educação Inclusiva na formação inicial do pedagogo (a)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Cumprimento Sr./Sr. a ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO: O QUE DIZEM OS DISCENTES E OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO, integrante do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

A referida pesquisa tem como objetivo principal, Estudar a presença da Educação Inclusiva na formação inicial do pedagogo por meio do que dizem os discentes e os documentos do Curso de Pedagogia numa IES pública federal localizada na cidade do Recife/PE e será realizada por FRANCYNE MONICK FREITAS DA SILVA, estudante do referido curso. Sua participação é voluntária e se dará por meio de QUESTIONÁRIO ONLINE, a ser transcrita na íntegra quando da análise dos dados coletados.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação dessa pesquisa contribuirá para a licencianda escrever sobre o tema que estuda, a partir da produção do conhecimento científico.

O participante, se assim desejar, responderá de maneira voluntária, sabendo que não será remunerado (a) pelas contribuições.

Você aceita fazer parte desta pesquisa? *

- ACEITO
- NÃO ACEITO

FINALIZANDO SUA PARTICIPAÇÃO

COMO VOCÊ NÃO ACEITOU O TCL, NÃO PODERÁ PARTICIPAR DESTA PESQUISA. OBRIGADA.

IDENTIFICAÇÃO

IDADE *

- 16 a 20
- 21 a 25
- 26 a 30
- 31 a 35
- 36 a 40
- 41 a 45
- 46 a 50
- Acima de 51

GENERO *

- FEMININO
- MASCULINO

A pedagogia é sua? *

- PRIMEIRA GRADUAÇÃO
- SEGUNDA GRADUAÇÃO

SEGUNDA GRADUAÇÃO

Obrigada pelo ineteresse em responder o questionário, porém como você já é graduada (o) em outro curso encerramos a sua participação nesse questionário.

Período Matriculado? *

- 1º PERÍODO
- 2º PERÍODO
- 3º PERÍODO
- 4º PERÍODO
- 5º PERÍODO
- 6º PERÍODO
- 7º PERÍODO
- 8º PERÍODO

PEDAGOGIA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CURRÍCULO

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA FOI APRESENTADA PARA VOCÊ NUMA DISCIPLINA ESPECÍFICA? *

- SIM
- NÃO

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA FOI CONTEXTUALIZADA EM QUAL DISCIPLINA QUE VOCÊ CURSOU ATÉ A PRESENTE DATA? *

Texto de resposta curta

6. A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA É SUFICIENTE PARA A
FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA *

	1	2	3	4	5	
DISCORDO TOTALMENTE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	CONCORDO TOTALMENTE

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TCC

1. VOCÊ TEM INTERESSE EM ABORDAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO
SEU TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO? *

- SIM
- NÃO

2. PARA VOCÊ HÁ INCENTIVO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA *
PARA O DESENVOLVIMENTO DE TCC'S SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

- SIM
- NÃO

ANEXOS

Anexos A - Componentes Curriculares do Núcleo de Estudos Básicos

NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS	
OBRIGATÓRIAS	
Políticas Públicas em Educação	Gestão Escolar
Legislação Educacional	Ideologia, Discurso e Prática Pedagógica
Identidade, Cultura e Sociedade	Fundamentos da Educação Infantil
Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação I	Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação II
Linguagem Oral na Educação Infantil	Educação de Jovens e Adultos
Educação Especial	Psicologia e Sociedade
Psicologia do Desenvolvimento	Teorias Psicológicas da Aprendizagem I
Teorias Psicológicas da Aprendizagem II	Educação Infantil e Currículo
Metodologia do Estudo e Produção Textual I	Metodologia do Estudo e Produção Textual II
Informática em Educação I	Metodologia da Pesquisa Científica
Pesquisa Qualitativa em Educação	PEPE I
PEPE II	PEPE III
PEPE IV	PEPE V
PEPE VI	PEPE VII
PEPE VIII	Matemática na Prática Pedagógica I
Matemática na Prática Pedagógica II	Língua Portuguesa na Prática Pedagógica I
Língua Portuguesa na Prática Pedagógica II	Ciências na Prática Pedagógica I
Ciências na Prática Pedagógica II	História na Prática Pedagógica I
História na Prática Pedagógica II	Geografia na Prática Pedagógica I
Geografia na Prática Pedagógica II	Artes na Prática Pedagógica I
Artes na Prática Pedagógica II	Libras na Prática Pedagógica

Didática	Avaliação da Aprendizagem
Metodologia do Ensino da Matemática I	Metodologia do Ensino da Matemática II
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa I	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa II
Metodologia do Ensino das Ciências I	Metodologia do Ensino das Ciências II
Metodologia do Ensino da História I	Metodologia do Ensino da História II
Metodologia do Ensino da História I	Metodologia do Ensino da História II
Metodologia do Ensino de Artes I	Metodologia do Ensino de Artes II
OPTATIVAS	
Informática em Educação II	Antropologia da Educação
Sociologia da Educação	Educação e Cotidiano
Educação do campo	Educação Indígena
Educação Afro-Brasileira	Coordenação Pedagógica
Família Contemporânea	Linguagem Corporal na Educação
Linguagem e Sociedade	Aquisição da Linguagem Escrita
Jogos e a Construção do Conhecimento	Sociedade e Meio Ambiente

Apêndice B - Componentes Curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS
Estágio Curricular Obrigatório I
Estágio Curricular Obrigatório II
Estágio Curricular Obrigatório III
Estágio Curricular Obrigatório IV

Apêndice C - Componentes Curriculares do Núcleo de Estudos Integradores

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES
Iniciação Científica
Monitoria
Extensão